**O APÓSTOLO PAULO E A LEI**

Pr. Albino Marks

O apóstolo Paulo usa a mesma palavra, “nómos”, para referir a todo o Velho Testamento, ao Pentateuco, ou a qualquer conjunto de leis. No entanto, usa-a com maior frequência referindo à lei moral e à lei cerimonial. Poucas vezes usa a palavra “entolé”, referindo à lei moral ou a outro conjunto específico. Portanto, é preciso atenção maior.

É importante dar atenção ao fato de que nem Paulo nem os evangelistas usam as expressões: lei moral, lei cerimonial, lei sacerdotal, lei civil... Para os escritores bíblicos, a “torah” contém o plano da salvação e toda a legislação e orientações para conhecer a vontade de Deus para aqueles que aceitam a Sua dádiva redentora.

O apóstolo Paulo sintetiza esta compreensão em sua carta para Timóteo: *“Porque desde criança você conhece as Sagradas Letras, que são capazes para torná-lo sábio para a salvação mediante a fé em Cristo Jesus. Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça, para que o homem de Deus seja apto e plenamente preparado para toda boa obra”* (2Tm 3:15-17, NVI).

Paulo, em suas Epístolas usa a palavra nómos, lei,para referir por meio desta palavra, *“tanto a lei moral [...] como a lei cerimonial”* (SDABC, v. 6, p. 949).

Portanto, para entender de maneira correta o argumento fundamentado na palavra “nómos”, lei, nas epístolas de Paulo, precisamos ter compreensão clara de alguns pontos importantes.

Primeiro: Qual foi a solução que Deus determinara, no conselho eterno, para o problema do pecado? *A morte substituta,*como dádiva da graça. *”O mistério que estivera oculto dos séculos e das gerações, agora, todavia, se manifestou aos seus santos; aos quais Deus quis dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério entre os gentios, isto é, Cristo em vós, a esperança da glória”* (Cl. 1:26, 27). Nem mesmo Lúcifer, em sua rebelião no Céu, tomou conhecimento deste plano secreto da Trindade.

Quando Adão foi vencido pelo inimigo e pecou ao desobedecer, colocou-se em desarmonia com o seu Deus e Criador. No entanto, Deus revelou a Adão o plano da salvação por meio da aliança eterna de Sua graça: *“Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar”* (Gn. 3:15).

Para ensinar a Adão o processo de atuação da graça, Deus usou um método simples, mas dramático. Ele muitas vezes transmite Seus ensinos através de cenas dramáticas para incutir e gravar as lições na mente de Seus filhos. Perante Adão e Eva, o primeiro cordeiro foi morto. Sem dúvida uma cena dramática para nossos primeiros pais. Sangue derramado e o dócil animal morrendo. Tipificava o *“seu Descendente”,*que viria como o Redentor e sofreria o castigo da sentença de morte que passou a pesar sobre a raça humana, representada em Adão, em consequência do pecado. O Descendente é Cristo, o Cordeiro de Deus.

No animal morto, *como substituto típico,* estava a revelação da graça de Deus para a solução do problema do pecado. Pela graça, Adão estava e continuaria desfrutando vida eterna e abundante se não pecasse; pela graça, seria liberto da condenação à morte eterna, se revelasse fé no *Substituto.* *“Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor”* (Rm. 6:23).

O cordeiro tipificava a graça para Adão sob o domínio do pecado. O pecado feriu-o mortalmente, mas não o separou da fonte da graça, Deus. Para ensinar a Adão e aos seus descendentes nascidos sob o pecado, que a graça continuava sendo motivo de vida e esperança de restauração, eles teriam *um substituto típico,* até novamente ter a manifestação da graça real mediante Cristo Jesus (Gn. 3:15).

Segundo: No período israelita, o problema do pecado era resolvido tipicamente, valendo-se do animal substituto com os seus ritos adicionais regidos pela lei cerimonial. Entendendo claramente este detalhe, encontra-se facilidade para compreender a argumentação de Paulo.

Terceiro: Outro ponto importante é a atenção que precisa ser dada ao contexto. Nómos, não identifica apenas estas duas leis, mas Paulo usa a mesma palavra para referir às leis de saúde, civis, sacerdotais e outras leis.

Portanto, é preciso dar atenção ao contexto em que a palavra nómos está sendo usada. Quando falhamos neste ponto, certamente a nossa compreensão não estará correta.

Quarto: Sob este mesmo termo: nómos, “a lei”, no grego, tanto Paulo como os doutores da lei, englobavam a Tôrah toda, e mesmo todos os escritos do Velho Testamento. No entanto, não encontravam dificuldades para distinguir e caracterizar a aplicação de cada conjunto de leis.

Portanto, quando Paulo fala da lei como instrumento que determina a conduta, ou coloca em evidência atos pecaminosos praticados contra Deus ou o próximo, ou ainda, quando coloca em evidência o pecado, acusa e condena o pecador, está falando da lei moral. Quando fala da lei como instrumento que é usado para resolver o problema do pecado, como oferecer graça, perdão, justificação e reconciliação *mediante um substituto,*está falando da lei cerimonial. Quando fala sobre princípios de saúde, serviços dos sacerdotes, questões temporais, o contexto identifica a lei em questão.

Com estes princípios esclarecedores em mente, analisemos alguns escritos de Paulo.

**ROMANOS SETE -** Em sua carta aos Romanos, valendo-se da ilustração do casamento, quando as duas partes estão comprometidas enquanto vivas, mas torna-se livre a que perde o cônjuge pela morte, Paulo, na sua argumentação, estabelece a relação do substituto típico com a grandeza da realidade por meio de Cristo: *“ou então ignorais, irmãos – falo a pessoas competentes em matéria de lei (nómon) -, que a lei (nómos) só tem autoridade sobre o homem enquanto ele vive? Assim, a mulher casada está ligada por uma lei (nómu) a um homem enquanto ele vive; mas se ele vem a morrer, ela não depende mais da lei (nómou) conjugal. Portanto, se durante a vida do seu marido ela pertencer a outro, será chamada de adúltera; mas, se o marido vier a morrer, ela estará livre com relação à lei (nómou), de modo que não será adúltera pertencendo a outro. Vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus. Com efeito, quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas, servindo-se da lei (nómou), agiam em nossos membros, a fim de que produzíssemos frutos para a morte. Mas agora, mortos ao que nos mantinha cativos, fomos liberados da lei (nómou), de maneira que servimos sob o regime novo do Espírito e não mais sob o regime ultrapassado da letra”* (Rm. 7:1-6, TEB).

Neste exemplo, em seis versos, Paulo usa oito vezes a palavra “nómos”, lei. Na introdução usa-a como referindo a “torah”, envolvendo todos os conjuntos de leis, ou mandamentos: *“falo a pessoas competentes em matéria de lei” (nómon),* como dizendo: *estou falando para pessoas que entendem das leis (a torah) que regem a nossa economia.*

Quatro vezes está muito evidente que está referindo à lei ou, mandamentos que regem o relacionamento conjugal, tendo como alicerce o sétimo mandamento da lei moral: *“não adulterarás”* (Êx 20:14). Paulo está dizendo: *Vou ilustrar o meu argumento com a lei (nómou) que rege o relacionamento conjugal. Por esta lei, (mómou) enquanto os dois estão vivos, estão mutuamente comprometidos.*

Paulo usa especificamente a mulher, mas o mesmo argumento é válido para o homem. Se, um dos dois, se envolver sexualmente com alguém estranho, a lei básica que rege o casamento, acusa e condena o seu ato como adultério. Mas, na argumentação de Paulo, morrendo o homem, a mulher está livre para contrair novo casamento, sem ser condenada pela lei. Portanto, nas quatro vezes que usa a palavra “nómos”, lei, identifica a lei moral e o documento legal que rege o relacionamento conjugal.

Nas outras vezes, usando a mesma palavra, de que lei está falando?

Paulo continua: *“Vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos”* (Rm 7:4, TEB)*.*

Antes de Cristo crucificado, por meio de que lei e com quem os crentes em sua vida espiritual estavam ligados e comprometidos para obter graça, perdão, justificação e salvação pela fé? Pela lei das cerimônias que rege o relacionamento com *o animal substituto.*

Como foram liberados da lei das cerimônias e *do animal substituto,* *“para pertencer a um outro?”* A conclusão é óbvia. Com a morte de Cristo, aqueles que O aceitam como a graça real e não mais típica, ficam livres em relação à lei das cerimônias e *o animal substituto,* porque com a morte de Cristo, a lei das cerimônias também morreu, deixou de ter valor real e aqueles que por meio dela se relacionavam com Deus, para tipicamente obter graça, perdão, justificação e reconciliação, estão descomprometidos para com ela e podem pertencer a outro, Aquele que é o Antítipo de todos os ritos e símbolos, Cristo, *“o Ressuscitado dentre os mortos”*

Quando Cristo morreu, morreu também todo o ritualismo típico. Mas quando Ele ressuscitou, o ritualismo típico permaneceu morto. Portanto, com a morte do ritualismo típico, ficaram liberados para estabelecer um novo relacionamento, agora, com o Cristo ressurreto: *“vós igualmente, meus irmãos, fostes mortos com relação à lei (nómu), pelo corpo de Cristo, para pertencerdes a um outro, o Ressuscitado dentre os mortos, a fim de que produzamos frutos para Deus”* (Rm 7:4, TEB).

Paulo continua colocando uma questão muito importante para considerar: *“Com efeito, quando estávamos na carne, as paixões pecaminosas, servindo-se da lei (nómou), agiam em nossos membros, a fim de que produzíssemos frutos para a morte. Mas agora, mortos ao que nos mantinha cativos, fomos liberados da lei (nómou), de maneira que servimos sob o regime novo do Espírito e não mais sob o regime ultrapassado da letra”* (Rm. 7:5, 6, TEB).

Não podemos olvidar que Paulo também estava falando para os crentes vindos do paganismo. Estes nunca viveram sob a lei das cerimônias, nunca conheceram o ritual *do animal substituto* e nunca ouviram sobre os mandamentos da lei moral. Mas as paixões pecaminosas agindo neles, faziam com que praticassem todo tipo de atos pecaminosos contra os princípios da lei moral e, portanto, servindo-se do desconhecimento desta lei, estas paixões produziam como resultado final a morte, que é o resultado final do pecado.

Mas pela aceitação de Cristo foram libertados da condenação da lei moral e serviam a Deus, por meio da salvação obtida pela morte substituta de Cristo. Portanto, não deviam submeter-se ao regime das cerimônias, porque foram liberados desta lei, que, com a morte de Cristo sobre a cruz, se tornara letra morta.

Então Paulo continua seu argumento: *“Que diremos então? Que a lei (nómos) é pecado? De modo nenhum! Mas eu não teria conhecido o pecado, a não ser por meio da lei (nómou). Porque eu não teria conhecido a cobiça, se a lei (nómos) não tivesse dito: Não cobice. Mas o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento (entolés), despertou em mim todo tipo de cobiça. Porque, sem lei (nómou), o pecado está morto. Houve um tempo em que, sem lei (nómou), eu vivia. Mas, quando veio o mandamento (entolés), o pecado reviveu, e eu morri. E verifiquei que o mandamento (entolè) que me havia sido dado para vida, esse se tornou mandamento para morte. Porque o pecado, aproveitando a ocasião dada pelo mandamento (entolés), me enganou e, por meio do mandamento, me matou. Assim, a lei (nómos) é santa; e o mandamento (entolé) é santo, justo e bom”* (Rm. 7:7-12, NAA).

Nestes seis versos, Paulo usa seis vezes a palavra “nómos”, lei, e cinco vezes a palavra “entolé”, mandamento. Em toda a argumentação ele alterna as duas palavras, mas sempre referindo à lei moral que acusa e condena todas as práticas pecaminosas.

Paulo inicia a sua argumentação demonstrando que ele somente conheceu o pecado porque a lei moral (nómos) esclarece o que é pecado. Se a lei moral não declarasse que a cobiça é pecado, ela não seria pecado. A cobiça não é praticada contra a lei moral, mas contra o próximo. Mas é a lei moral que a acusa e condena

Paulo fala como se fosse pagão vendido ao pecado, para dizer que antes de ter o conhecimento da lei moral, praticava toda a sorte de pecados e, contudo, vivia. Como que dizendo: eu vivia no pecado, mas achava que tudo estava bem. Mas quando tomou conhecimento da lei moral, também tomou conhecimento do pecado e da condenação da lei moral que o acusava e se deu conta que realmente estava morto, condenado pela lei moral em consequência do pecado que o separou de Deus. Deu-se conta que fora enganado pelo pecado, que o induziu a praticar tudo o que a lei moral declara como mal e pecaminoso. Como pela lei moral, foi nele despertada a realidade do pecado, faz a categórica declaração: *“a lei (nómos) é santa; e o mandamento (entolé), santo e justo e bom”* (Rm*.* 7:12, NAA).

Paulo continua: *“Então, aquilo que é bom se tornou morte pra mim? De modo nenhum! Pelo contrário, o pecado, para mostrar-se como pecado, por meio de uma coisa boa causou-me a morte; a fim de que, pelo mandamento (entolés), o pecado mostrasse roda a sua força depecado. Porque bem sabemos que a lei (nómos) é espiritual. Eu, porém, sou carnal, vendido à escravidão do pecado”* (Rm. 7:13, 14, NAA).

Paulo faz a intrigante pergunta: Acaso foi a lei moral, que é uma coisa boa, espiritual e santa que me matou. Absolutamente não. Mas o pecado contra o qual a lei moral adverte que é sobremaneira maligno e mortal, este causou a morte. A lei moral é o instrumento espiritual que determina a conduta no sentido de agradar a Deus, mas Paulo reconhece que a natureza humana é carnal, vendida à escravidão do pecado. Nesta situação, vivendo sob o domínio do pecado e com o conhecimento da lei moral, acusando o seu pecado, Paulo passa a descrever a luta espiritual que se trava em sua mente. No espírito ele quer praticar o bem, mas a carne o seduz a praticar o mal que detesta.

O seu arrazoado, descrevendo de modo dramático esta guerra espiritual, culmina com o argumento da única solução: *“Assim, encontro outra lei (nómou): quando quero fazer o bem, o mal reside em mim. Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na lei (nómu) de Deus; mas vejo nos meus membros outra lei (nómou) que, guerreando contra a lei (nómu) de minha mente, me faz prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou! quem me livrará do corpo desta morte? Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor! De maneira que eu, de mim mesmo, com a mente, sou escravo da lei (nómu) de Deus, mas, segundo a carne, sou escravo da lei (nómu) do pecado”* (Rm. 7: 21-25, NAA).

**“Lei de Deus, outra lei e Lei do pecado”** O que Paulo está ensinando por estas três expressões, usando a mesma palavra base: “nómos”, lei? Seria a lei de Deus, a outra lei e a lei do pecado uma e a mesma coisa, simples e puramente a lei moral? Não faz sentido porque Paulo declara que há um estado de guerra entre a lei de Deus, a outra lei e a lei do pecado. Portanto, são leis opostas entre si.

A Tradução Ecumênica da Bíblia traduz Romanos 7:22 e 23 nas seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómu) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómou) que combate contra a lei (nómu) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está em meus membros”*

Intelectualmente Paulo se comprazia na lei de Deus e o declara de maneira enfática: *“com a mente sou escravo da lei de Deus”,* mas o poder do maligno o dominava de tal modo que a prática contradizia a sua teoria: no espírito anelava viver os princípios da lei moral, mas o maligno o fez prisioneiro da lei do pecado com tal poder, que na carne, o fazia praticar o pecado. Como praticava o pecado, estava separado e em desarmonia com Deus. A lei moral acusava o seu pecado e o declarava condenado à morte. Como escapar desta sentença fatal? Somente há uma alternativa: *“a graça de Deus por meio de Cristo Jesus”* Rm 7:25).

Ampliando o que declaramos sobre o uso da palavra (nómos), lei, por Paulo, analisemos outros textos, alguns, que *“contém algumas coisas difíceis de entender, as quais os ignorantes torcem”* (2Pe 3:16, NVI).

Nos primeiros versos do capítulo oito aos Romanos, Paulo descreveu como Jesus assumiu a culpa do pecador e o libertou da condenação eterna: *“Agora, pois, não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómou) do pecado e da morte. O que era impossível à lei, (nómou) porque a carne a votava à impotência, Deus o fez: por causa do pecado, enviando o seu próprio Filho na condição da nossa carne de pecado, ele condenou o pecado na carne, a fim de que a justiça exigida pela lei (nómou) seja realizada em nós, que não andamos sob o domínio da carne, mas do Espírito”* (Rm 8:1-4, TEB).

Nesta parte de sua argumentação, Paulo fecha com uma frase conclusiva de vitória na intensa luta entre querer fazer o bem e na realidade praticar o mal. A vitória é alcançada pelo ato de aceitar e submeter-se a Cristo Jesus. Ele triunfou sobre o autor do mal e a Sua vitória é a garantia de libertação completa para aqueles que O aceitam como seu Substituto, sofrendo a justa condenação da lei.

Na sequência Paulo introduz a lei do Espírito, a lei do pecado, a lei impotente na carne e a lei que exige justiça. Quatro leis em três versos e em argumentos bem sucintos. No grego, a mesma palavra (nómos),qualifica estas quatro leis. Seriam uma e a mesma lei?

Aparentemente o argumento de Paulo parece complicado com tantas leis envolvendo o pecador. Mas, entendendo que toda a argumentação precedente é sobre o pecado acusado pela lei moral; a guerra estabelecida pelo desejo ardente de libertação da lei do poder do pecado; a condenação à morte pela lei moral por causa do pecado; culminando esta situação com o angustiante clamor: *“Quem me livrará desta situação?”* Para então exclamar triunfante: *“Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!”* (Rm 7:24, 25, NAA), pode entender-se claramente tudo o que segue.

**“Lei do Espírito”.** Paulo argumenta que *“não há mais nenhuma condenação para os que estão em Cristo Jesus. Pois a lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei (nómou) do pecado e da morte”* (Rm 8:1, 2, TEB)*.* Que lei do Espírito, lei maravilhosa que liberta da lei, (nómou), do pecado e da morte, é essa? Pode uma lei libertar de outra lei? No caso do argumento de Paulo, a lei do Espírito de vida, pode libertar da lei do pecado e da morte? Estaria Paulo se contradizendo? Estaria negando tudo o que declarou, que o pecador somente pode ser liberto do pecado e da morte pela fé na graça de Deus revelada em Jesus?

No que reside o poder dessa lei do Espírito de vida para obter a libertação da lei do pecado e da morte? Há um detalhe importante ao qual é preciso dar atenção. Paulo declara que o pecador é liberto da lei do pecado e da morte, pela *“lei (nómos) do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo”,* por meio de Sua morte substituta, perdoadora e justificadora.

Uma lei em si mesma não tem condições para outorgar perdão e justificar e ainda libertar da morte. Estes atos são da competência de quem possui o poder de avaliar, julgar e decidir. No plano da salvação esta competência pertence exclusivamente a Deus. Ele assumiu a culpa do pecador e pela morte de Jesus, conquistou o direito de oferecer graça e libertar o culpado contrito da sentença de morte da lei moral e da lei do pecado e da morte, que é a escravidão maligna de Satanás. Liberto por graça, das consequências mortais do pecado, é colocado em harmonia com a lei do Espírito de vida, que é a lei moral dos Dez Mandamentos, que teve satisfeita a exigência da sua justiça na morte substituta de Jesus. *“Ele só poderia Se tornar o Salvador e o Redentor sendo primeiro o Sacrifício”* (MM, 2013, p. 249).

Não há mais nenhuma condenação para o transgressor, porque a justa sentença da lei moral foi executada no Substituto legal. A provisão do Substituto, para satisfazer a justiça da lei, foi feita *“antes da fundação do mundo, e manifestado no fim dos tempos por vossa causa”* (1Pe 1:20, TEB). Por determinação deste concerto, Jesus morreu, e a lei que proclamava e exigia a morte do pecador, passou a proclamar a vida do perdoado e justificado por graça pela fé no sacrifício da graça.

**A lei do pecado e da morte.** Que lei é essa? Em Romanos sete, Paulo já fala desta lei com as seguintes palavras: *“Pois eu me comprazo na lei (nómu) de Deus, enquanto homem interior, mas em meus membros descubro outra lei (nómon) que combate contra a lei (nómu) que a minha inteligência ratifica; ela faz de mim o prisioneiro da lei (nómu) do pecado que está em meus membros”* (Rm 7:22, 23, TEB).

Paulo declara francamente que em sua inteligência ratifica a lei de Deus como a norma para a sua conduta, mas em seus membros descobre outra lei que o faz prisioneiro da lei do pecado. A lei de Deus determina um modo de conduta que é combatido pela outra lei, a lei do pecado que determina outro modo de conduta. Em harmonia com a argumentação de Paulo, somente há uma compreensão coerente: a lei (nómu) de Deus é a lei moral e a outra lei, a lei (nómu) do pecado, é o poder do maligno que o escravizou, dominando-o e fazendo-o praticar atos pecaminosos contra Deus, condenados pela lei moral. Mas ele usa a mesma palavra – nómos – para as três leis, que em verdade são duas leis em situações opostas.

**A lei enferma.** Mas, a lei enferma ou impotente na carne, que lei é essa? Que lei se tornou *“enferma pela carne”* (ARA) ou impotente, de tal modo que *“o que fora impossível à lei ‘nómou’ […] isso fez Deus*?*”* (Rm 8:3, ARA). Qual era a função desta lei que se tornou doentia e fraca no desempenho do seu papel?

Interpretando esta lei como sendo a lei moral, certamente entramos em sérios problemas. Paulo mesmo declara: *“De fato, a Lei (nómos)’ é santa, e o mandamento (entole) é santo, justo e bom”* (Rm 7:12, NVI). É difícil aceitar que algo santo, justo e bom se torne enfermo e impotente.

O rei e salmista Davi declarou a respeito da lei como orientadora do relacionamento com Deus: *“a lei do Senhor é perfeita, e revigora a alma”* (Sl 19:7, NVI).

No Salmo 119 é declarado: *“a tua justiça é eterna, e a tua lei é a verdade. [...] Os teus testemunhos são eternamente justos”* (119:142, 144, NVI).

Ellen G. White, fez esta declaração muito importante: “Desde o princípio a grande controvérsia fora a respeito da lei de Deus. Satanás procurara provar que Deus era injusto, que Sua lei era defeituosa, e que o bem do universo exigia que ela fosse mudada. Atacando a lei, visava ele subverter a autoridade de seu Autor. Mostrar-se-ia no conflito se os estatutos divinos eram deficientes e passíveis de mudança, ou perfeitos e imutáveis” (PP, p. 65).

Se a lei que é perfeita, eterna, imutável, justa, verdade e comunica vigor, se tornou enferma e impotente, então a acusação de Lúcifer, Satanás, era justificada. Portanto, esta interpretação precisa ser descartada.

Para ensinar o plano da salvação pela graça e tipicamente satisfazer a justiça exigida pela lei moral, Deus manifestou e colocou em ação o sistema de símbolos e sacrifícios, que durante milênios trazia em si o *“mistério [...] mantido oculto em Deus [...] o Seu eterno plano que Ele realizou em Cristo Jesus”* (Ef 3:9, 10, NVI), pois, todos os símbolos e sacrifícios apontavam para a vinda do Redentor. Pela fé no Redentor vindouro e na apresentação do substituto que era sacrificado, para simbolicamente expiar o pecado, a exigência da lei moral condenando o transgressor, era satisfeita e o pecador era perdoado, justificado e reconciliado com seu Deus.

Porém, este era um processo simbólico e transitório, para ensinar uma verdade real. Não era um ato final no processo do perdão e na remoção do pecado. Sangue de animais não tem o poder para apagar a culpa da transgressão e remover o pecado. Somente um ato legal do Autor da lei, executado em Si mesmo, pode satisfazer a exigência da lei perfeita e imutável.

O que era impossível efetivar pelo ato legal da lei cerimonial, *“porque aquilo que a Lei, (nómou), (lei cerimonial) fora incapaz de fazer”* (Rm 8:3, NVI), tirar os pecados, *“pois é impossível que o sangue de touros e bodes tire pecados”* (Hb 10:4, NVI), porque os sacrifícios oferecidos repetidamente *“nunca podem remover os pecados”* (Hb 10:11, NVI), *“Deus o fez, enviando seu próprio Filho, à semelhança do homem pecador, como oferta pelo pecado. E assim condenou o pecado na carne, a fim de que as justas exigências da Lei, (nómou), (moral) fossem plenamente satisfeitas em nós”* (Rm 8:3, 4, NVI).

A lei que se tornou enferma e impotente era a lei das cerimônias que foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava à morte.

Enquanto os símbolos e sacrifícios estavam centralizados em Cristo, como o único que pode salvar (At. 4:12), a lei das cerimônias era o instrumento sadio dentro do plano de Deus para tipicamente satisfazer a justiça e conduzir à salvação. Quando os símbolos e sacrifícios foram transformados no meio justificador e salvador, a lei das cerimônias tornou-se doentia e impotente como instrumento para conduzir à salvação, pois suprimiu o Único que tem o poder para salvar: Jesus, o tipificado.

Jesus se referiu a este cumprimento da lei cerimonial quando declarou em Seu sermão proferido na montanha: *“Não penseis que vim suprimir a Lei, (nómon), e os profetas: não vim suprimir, mas cumprir. Pois em verdade eu vos declaro, antes que passem o céu e a terra, não passarão da lei, (nómon), um i nem um ponto do I, sem que tudo haja sido cumprido”* (Mt 5:17, 18, TEB).

**A lei que exige justiça.** Qual a lei que exige justiça? Declara o profeta Isaías: *“O Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós”* (Is 53:6, NVI). A nossa iniquidade, o nosso pecado acusado pela lei moral foi lançado sobre Jesus, para que a justiça da lei fosse satisfeita. A lei cerimonial foi estabelecida para tipicamente satisfazer *“a justiça exigida pela lei”* moral que condenava à morte. Logo, a lei que exige justiça é a lei moral.

Considerando a declaração inspirada do salmista, rei Davi, temos outro argumento para considerar e que esclarece esta questão: *“Então eu disse: eis aqui estou, no rolo do livro está escrito a meu respeito: agrada-me fazer a tua vontade, ó Deus meu; a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:7, 8, NAA). O autor aos Hebreus, no capítulo 10, aplica esta profecia a Jesus, como Aquele que veio como o sacrifício real para remover os pecados. Depois de dizer: *“entretanto, nesses sacrifícios ocorre recordação de pecados todos os anos, porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecados”,* introduz a profecia supra e continua: *“Ele remove o primeiro para estabelecer o segundo. Nessa vontade é que temos sido santificados, mediante a oferta do corpo de Jesus Cristo, uma vez por todas”* (Hb 10:3, 4, 9, 10, NAA).

É fácil compreender que a argumentação gira em torno da transição do regime das cerimônias e símbolos - sangue de touros e bodes - para o sacrifício real e perfeito de Jesus. *“Ele remove o primeiro”,* as cerimônias e símbolos, *“para estabelecer o segundo”,* o sacrifício *“do corpo de Jesus Cristo”.* Significa que Jesus nasceu e viveu sob a lei cerimonial e morreu para fazê-la cessar como obrigação espiritual prática, porque na Sua morte substituta foi satisfeita a sentença da lei moral que exigia justiça.

Considerando a expressão do salmista: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”,* relacionada com Hebreus 10:16, teremos um argumento muito importante para avaliar. *“Esta é a aliança que farei com eles, depois daqueles dias, diz o Senhor: imprimirei as minhas leis (nómous) no oração deles e as inscreverei sobre a sua mente”* (NAA).

Façamos uma contraposição de dois argumentos: *“para resgatar os que estavam sob, ou, debaixo da lei, (nómon)”* (Gl 4:5), e: *“a tua lei (torah) está dentro do meu coração”* (Sl 40:8).Estar sob, é estar debaixo de: uma lei, um fardo, uma situação [...]. Ter dentro do coração uma lei, é estar ligado a alguém em relacionamento por amor. Ao fazer a vontade deste alguém, ela é feita por amor e não como uma obrigação legal pesada e enfadonha.

Jesus é o Autor da lei moral, mas também é o Autor da lei do plano da salvação pela graça, e quando veio em forma humana a este mundo, Ele trouxe estas leis em Seu coração. Em verdade não podia ser diferente, porque a lei moral é a expressão do caráter de Deus, e Ele é Deus. Como Deus-homem viveu o relacionamento de perfeito amor para com o Deus-Pai. A lei moral escrita em Seu coração unia-O com indestrutíveis laços de amor a Deus-Pai. *“Assim como tenho obedecido aos mandamentos (entolás), de meu Pai e em seu amor permaneço”* (Jo 15:10, NVI).

No entanto, como também trouxe em Seu coração a lei do plano da salvação, e para Israel esta lei estava tipificada nos serviços e símbolos do santuário, Cristo trouxe em Seu coração a realização do cumprimento de todos os tipos do santuário, e *“foi oferecido em sacrifício uma única vez, para tirar os pecados de muitos; e aparecerá segunda vez, não para tirar o pecado, mas para trazer salvação aos que o aguardam”* (Hb 9:28, NVI).

Portanto, no Salmo 40:7 e 8, a lei, “torah” que *“está dentro do coração de Cristo”,* precisa ser entendido como todo o ensino da Escritura Sagrada, que revela todos os atos necessários para executar e efetivar o plano da salvação. Jesus deixou isto muito evidente em Sua resposta para Satanás, na tentação no deserto: *“Está escrito: ‘Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus”* (Mt 4:4, NVI).

Do mesmo modo, todos aqueles que pela fé aceitam a Sua graça, perdão e justificação, têm esta lei escrita no coração e na mente, pela ação do Espírito Santo, significando que a gratidão por tão grande salvação os conduz à obediência amorosa e espontânea. “*Se vocês obedecerem aos meus mandamentos, (entolás), permanecerão no meu amor”* (Jo 15:10, NVI). *“Pois a lei, (nómos), do Espírito, que dá a vida em Jesus Cristo, libertou-me da lei, (nómon), do pecado e da morte”* (Rm 8:2, TEB).